II Congresso Internacional das **Ciências Agrárias** COINTER - PDVAgro 2017

ANÁLISE COMPARATIVA DE ÁREAS DEGRADADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS NO ASSENTAMENTO DOM PEDRO II- BOA SAÚDE / RN

Apresentação: Pôster

Stephanni Ingrid de Souza Silva¹; Yanka Beatriz Costa Lourenço ²; Elias Costa de Souza³;

Introdução

O desmatamento de mata nativa se deve aos modos de produção e ocupação da terra. A caatinga é um dos biomas brasileiro que sofre com o processo de desmatamento e desertificação, isso ocorre devido aos fatores socioeconômicos e culturais. Com a falta de políticas públicas que facilitem a vida no campo e com poucos recursos, o homem explora a Caatinga com o intuito de retirar a lenha para vender e abrir áreas para as atividades como a pecuária, os plantios, retirada de minério etc. (NEVES, 2006; EVANGELISTA, 2011). De acordo com o INPE, uma área de Caatinga, de aproximadamente 90 mil km², foi mapeada. Essa área corresponde a 9,15 % do total da Caatinga, onde 40 % dessa área apresenta uma característica preservada, 45 % degradada, 7,2 % de solo exposto e 6,5 % de lavoura (BRASIL, 2015).

Apesar da legislação brasileira ser bastante complexa, alguns fatores, como falta de materiais e meios para investigar o desmatamento, fazem com que não haja boa eficiência no seu cumprimento. Com isso, o geoprocessamento se torna um meio aplicável para suprir as deficiências relativas às atividades de vistoria, realizadas pelos órgãos ambientais, auxiliando de maneira decisiva a investigação da adequação do uso da terra em áreas de preservação permanente, reserva legal ou de uso restrito (TOWNSHEND, 1992; XAVIER-DA-SILVA, 1992; AULICINO ET AL., 2000; COSTA ET AL., 1996).

O objetivo deste trabalho foi analisar o grau de desmatamento num assentamento, comparando imagens de diferentes anos.

¹ Engenharia Florestal, UFRN, stephanniflorestal@gmail.com

² Engenharia Florestal, UFRN, yankalourenco97@gmail.com

³ Engenheiro Florestal, UFRN, eliasrem@hotmail.com

Fundamentação Teórica

Realizando a análise comparativa nas áreas de reserva legal e preservação permanente do assentamento Dom Pedro II- Boa Saúde/ RN, em diferentes anos, pode-se estimar a área que fora degradada e, com base nas áreas degradadas do ultimo ano, podemos apresentar soluções para a recuperação das mesmas.

Metodologia

Foram utilizadas imagens, do *Google Earth Pro*, referente aos anos 2013 e 2016, onde criou- se polígonos nas áreas degradadas, dentro da Reserva Legal e na Área de Preservação Permanente do Assentamento. O perímetro do assentamento foi disponibilizado pelo INCRA. Após isso, calculou- se as áreas degradadas nos respectivos anos e nas tipologias de áreas de proteção, com o intuito de realizar uma análise comparativa da degradação do solo nos anos em estudo. Com as imagens, realizou- se uma planta do assentamento Dom Pedro II, utilizando o QGIS 2.14.12.

Resultados e Discussões

Foram obtidas, em hectare, as áreas degradadas da Reserva legal e da APP do assentamento Dom Pedro II – Boa Saúde / RN. A Figura 1 mostra o grau de desmatamento nas áreas protegidas, anos de 2013 e 2016. O ano de 2016 apresentou maior grau de desmatamento, isso se deve a ocupação do assentamento.

Figura 1. Mapa com as áreas de desmatamento nas áreas naturais protegidas do assentamento Dom Pedro II (Lado esquerdo referente ao ano 2013; lado direito referente ao ano 2016). Fonte: Própria.

A maioria dos assentamentos no Estado não possui uma assistência técnica e social eficiente, principalmente para a criação de atividades que gerem renda ao produtor rural, sendo assim, o homem tende a procurar outros meios para adquirir renda para o sustento da família, um deles é o corte da lenha para venda ou próprio consumo. O problema é que, por falta de conscientização ambiental e, também, por falta de agilidade dos órgãos públicos, o homem do campo se vê tendo que violar as leis ambientais. Analisando a imagem do ano 2016, percebemos que as áreas desmatadas posteriormente ao ano 2013, foram muito próximas às áreas que já estavam desmatadas, isso se deve a facilidade de se adentrar a mata com a presença das picadas, trilhas de acesso.

O assentamento foi entregue no ano 2012 pelo INCRA para as famílias rurais. De acordo com os moradores do assentamento, antes de se tornar propriedade do INCRA, a área pertencia a um fazendeiro, onde o mesmo utilizava o local para atividades como pastoreio. Com a procura por água é um fator limitante para a criação de animais, a área de preservação permanente foi bastante afetada, além das áreas ao redor da mesma, isso facilitou o acesso durante os anos para se adentrar mais a mata, não só pelos animais como pelo homem, causando assim a erosão do rio. De acordo com os assentados, hoje as famílias possuem dificuldades para obter água do rio, não só devido ao assoreamento do mesmo como a presença de uma barragem que possui em Boa Saúde/ RN.

Foram calculados as áreas totais das áreas naturais protegidas e as áreas desmatadas, com isso, gerou-se a porcentagem das áreas desmatadas em relação as áreas totais (Tabela 1). O ano de 2016 apresentou um percentual de 9,89 % a mais que o ano de 2013 na reserva Legal, seguido de 6,32 % a mais na APP do rio de 40 metros, 0,55 % a mais na APP de lagos, com exceção da APP do rio de 10 metros, que apresentou no ano de 2013 a maior taxa de desmatamento, 6,91 % a mais que 2016.

Tabela 1. Área total, área desmatada e porcentagem das áreas protegidas do Assentamento Dom Pedro II- Boa Saúde/ RN, referente aos anos 2013 e 2016. Fonte: Própria.

	Reserva Legal		APP rio 40 metros		APP lagos		APP rio 10 metros	
	2013	2016	2013	2016	2013	2016	2013	2016
Área Total (ha)	285,28	285,28	49,97	49,97	23,49	23,49	11,02	11,016
Área Desmatada (ha)	33,46	61,69	20,7	13,85	4,42	4,55	1,7	0,04
Porcentagem (%)	11,73	21,62	21,41	27,73	18,82	19,37	15,43	8,52

Conclusões

A forma de ocupação da terra e como ocorreu, antes por um único proprietário e após o ano da entrega por meio do INCRA para as famílias rurais, foi a fator limitante para o desmatamento na região. Antes a terra era demandada para o pastoril, de apenas uma família, hoje, mais de 40 famílias fazem o uso da terra, sendo assim, há uma pressão maior para que as famílias possam se manter no local. Cabem então, ao INCRA e aos órgãos ambientais facilitarem a vida do homem no assentamento, disponibilizando assistência técnica, projetos de educação ambiental, de recuperação de áreas degradadas e dando agilidade aos processos para os assentados poderem dar início as suas atividades no campo. Com isso, e realizando vistorias, aliadas ao uso de ferramentas de geoprocessamento, haverá ao longo prazo a diminuição do desmatamento de forma ilegal e em áreas protegidas, além da autorregeneração das áreas passíveis de tal.

Referências

- AULICINO, L.C.M; RUDORFF, B.F.T; MOREIRA, M.A; MEDEIROS, J.S; SIMI JÚNIOR, R. Subsídios para o Manejo Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Una através do uso de técnicas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. In: SIMPÓSIO LATINO AMERICANO DE PERCEPCIÓN REMOTA, 9., 2000, Puerto Iguazu, Misiones, Argentina. **Anais**. Argentina, 2000.
- COSTA, T. C. C., SOUZA, M. G., BRITES, R. S. Delimitação e caracterização de áreas de preservação permanente por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG). **Revista Árvore**. Viçosa - MG, v.20, n.1, p.129 - 135, 1996.
- EVANGELISTA, Antonia dos Reis Salustiano. O processo de desmatamento do Bioma Caatinga: Riscos e vulnerabilidades socioambientais no território de identidade do Sisal, Bahia. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. , p.1-13, jul./dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820490>>. Acesso em: 03 out. 2017
- NEVES, Ana Carolina Marzullo. **Determinantes do desmatamento na mata atlântica**: Uma análise econômica. 2006. 86 p. Dissertação (Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/mono_Ana%20Carolina%20Marzullo.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.
- TOWSHEND, J. R. G. Environmental database and GIS. In: MAGUIRE, D.J., GOODCHILD, M.F., 14. RHIND, D.W. Geographical information systems: principles and applications. New York: Longman Scientific & Technical, 1992. p., p. 201-205.
- XAVIER DA SILVA. Geoprocessamento e análise ambiental. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 54, p. 47-61, 1992.